

## NOÇÕES DE PROCESSO DO TRABALHO

### QUESTÕES SOBRE PRINCÍPIOS

PROF. RAPHAEL MAIA

---

**1 (SHDIAS Órgão: CEASA-CAMPINAS Prova: Advogado/2014) É o fato de que o empregado deve receber mais rapidamente as verbas que lhe são devidas, porque é de natureza alimentar, devendo assim, haver simplificação de procedimento. Estamos falando de qual princípio?**

- a) Princípio da simplicidade.
- b) Princípio da proteção.
- c) Princípio da celeridade.
- d) Princípio da informalidade.

**2 (FCC Órgão: TRT - 12ª Região (SC) Prova: Técnico Judiciário/2013) A proibição da criação dos chamados tribunais de exceção (art. 5º, inc. XXXVII da Constituição Federal brasileira) decorre especificamente do princípio:**

- a) do juiz natural.
- b) do impulso oficial.
- c) do dispositivo
- d) da inafastabilidade da jurisdição
- e) da eventualidade.

**3 (FCC Órgão: TRT - 12ª Região (SC) Prova: Analista Judiciário/2013) Considere:**

I. De acordo com o artigo 2º do Código de Processo Civil brasileiro: nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.

II. De acordo com o artigo 765 da Consolidação das Leis do Trabalho: os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

**Nas hipóteses apresentadas estão presentes, respectivamente, os princípios:**

- a) Juiz natural e Inquisitivo.
- b) Imediação e Dispositivo.
- c) Imediação e Extrapetição.
- d) Dispositivo e Instrumentalidade.
- e) Dispositivo e Inquisitivo.

**4 (CESPE Órgão: SERPRO Prova: Analista – Advocacia/2013) No que concerne ao direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.**

O princípio da imparcialidade do juiz não é aplicado no processo do trabalho, pois o princípio da proteção ao trabalhador, que tutela o obreiro hipossuficiente na relação de emprego, suprime a imparcialidade.

- a) Certo
- b) Errado

**5 (TRT 15R Órgão: TRT - 15ª Região Prova: Juiz do Trabalho/2013) Sobre a aplicação do princípio dispositivo no processo do trabalho, é correto afirmar:**

- a) o princípio não se aplica aos dissídios coletivos, em razão do que dispõe o artigo 856 da CLT (pelo qual a instância poderá ser instaurada por iniciativa do presidente do tribunal do trabalho);
- b) o princípio tem plena aplicação ao processo do trabalho, na mesma intensidade em que historicamente se aplicou ao processo civil;
- c) o princípio tem maior aplicação na execução trabalhista;
- d) o processo civil se aproximou do processo do trabalho, no que diz respeito ao princípio dispositivo e às possibilidades de impulso oficial, a partir da adoção legislativa do, chamado processo civil sincrético;
- e) o princípio não se aplica aos dissídios individuais, em face da previsão do exercício pessoal do “ius postulandi” pelas partes processuais.

**6 (FCC Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2013) Considerando-se os princípios gerais do processo aplicáveis ao processo judiciário trabalhista é correto afirmar:**

- a) A irrecorribilidade das decisões interlocutórias é um dos aspectos da oralidade, plenamente identificado no processo trabalhista.
- b) Não se aplica o princípio da concentração dos atos processuais em audiência, como ocorre no processo comum.
- c) Não há omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho que justifique a aplicação subsidiária do processo comum.
- d) Havendo omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho fica a critério de cada Juiz a aplicação do direito processual comum, cujo critério para adoção é a concordância das par-tes.
- e) A execução trabalhista poderá ser promovida apenas pelas partes interessadas, não havendo o impulso oficial “ex officio” pelo próprio Juiz competente.

**7 (FCC Órgão: TRT - 12ª Região (SC) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2013) Quando a lei processual estabelece que compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, está mencionando especificamente o Princípio da**

- a) inafastabilidade de jurisdição.
- b) boa-fé.
- c) proteção.
- d) instrumentalidade ou da finalidade.
- e) eventualidade.

**8 (FCC Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária (+ provas)/2010) De acordo com o artigo 820 da Consolidação das Leis do Trabalho: "as partes e**

testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados" e de acordo com o artigo 342 do Código de Processo Civil: "o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa". Nestes artigos, está presente, especificamente o princípio

- a) da instrumentalidade ou finalidade.
- b) da imparcialidade do juiz.
- c) do devido processo legal.
- d) da normatização coletiva.
- e) da imediatidade ou imediação.

**9 (CESPE Órgão: DPU Prova: Defensor Público Federal de Segunda Categoria/2015) Julgue o item subsequente , relativo à competência e à prescrição no processo trabalhista e aos princípios gerais que norteiam esse processo.**

Amplamente admitido no direito material do trabalho, o princípio da busca da verdade real não se aplica ao direito processual do trabalho, uma vez que a finalidade do processo é a justa e igualitária composição do litígio com mesmos direitos ao contraditório e à ampla defesa.

- a) Certo
- b) Errado

**10 (FCC Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2014) No tocante ao Procedimento Sumaríssimo, dispõe o artigo 852-D da CLT que: O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica. Neste caso, está presente o Princípio**

- a) da Imediatidade.
- b) Dispositivo.
- c) da Identidade física do juiz.
- d) Inquisitivo.
- e) do Juiz natural.

**11 (FCC Órgão: TRT - 2ª REGIÃO (SP) Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador/2014) No tocante aos princípios do processo do trabalho, considere:**

I. O princípio protetor se caracteriza como o mais importante nas relações de trabalho, uma vez que possibilita equilibrar a desigualdade natural existente nos contratos de emprego, em que o empregador detém o poder econômico em detrimento do trabalhador, que necessita do emprego. Assim, é utilizado amplamente pelo julgador, tanto no direito material, quanto no processo do trabalho, quando não houver provas a respeito dos fatos alegados.

II. O juiz tem ampla liberdade na condução do processo, na busca de elementos probatórios que formem o seu convencimento, baseando-se no princípio da busca da verdade real e da primazia da realidade.

III. O princípio do impulso oficial nas execuções é aplicável apenas às ações trabalhistas em que foi deferida justiça gratuita ao reclamante.



- b) Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.
- c) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
- d) É lícito às partes celebrar acordo que ponha fim ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.
- e) A compensação, ou retenção, somente poderá ser arguida como matéria de defesa.

**16 (CESPE Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador/2013) No que se refere aos princípios gerais do processo trabalhista, assinale a opção correta.**

- a) Não se aplica ao processo do trabalho o princípio da oralidade, devendo os atos processuais ser expressamente formalizados para que a parte possa impugná-los quando viciados.
- b) O princípio da proteção, claramente evidenciado no direito material do trabalho, é também aplicável ao processo do trabalho e com base nele o juiz do trabalho pode instituir privilégios processuais ao trabalhador, conferindo tratamento não isonômico entre as partes.
- c) A inclusão na liquidação de sentença de juros de mora e de correção monetária, ainda que a petição inicial e a condenação tenham sido omissas a tal respeito, exemplifica o princípio da extrapetição, aplicável ao processo do trabalho.
- d) A verdade real, derivada do direito material do trabalho, não tem aplicação no campo processual, pois o que importa para o julgamento é a prova documental apresentada nos autos pelas partes.
- e) O princípio do dispositivo, segundo o qual o juiz está impedido de prestar a tutela jurisdicional sem que a parte interessada a requeira, não é aplicado no processo do trabalho, instância na qual impera a instauração processual por impulso oficial em favorecimento ao trabalhador.

**17 (CESPE Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2013) Acerca dos princípios do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.**

- a) Os princípios da celeridade e da economia processual não foram recepcionados pela CLT.
- b) A oralidade não é um princípio do processo do trabalho.
- c) O jus postulandi é um princípio do processo do trabalho facultado apenas ao empregado.
- d) Em consonância com o princípio da concentração, existem procedimentos individualizados e dissociados entre si, como, por exemplo, a audiência de conciliação e outra audiência para instrução do feito.
- e) De acordo com o princípio do jus postulandi, os empregados e os empregadores podem reclamar pessoalmente perante a justiça do trabalho e acompanhar as reclamações até o final do processo.

**18 (TRT 15R - Órgão: TRT - 15ª Região Prova: Juiz do Trabalho/2013) Em relação aos princípios do processo do trabalho, considere as seguintes afirmativas:**

I - O princípio da identidade física do juiz não se aplica aos juizes do trabalho, consoante a atual jurisprudência do TST;

II- O princípio da ampla defesa informa o processo do trabalho, não se admitindo, em sede processual laborai, o chamado contraditório diferido;

III- Diferentemente da testemunha, o preposto da reclamada pode omitir ou mentir em depoimento, assim como o advogado de defesa em sua contestação, sem qualquer sanção penal ou processual, em razão do princípio “nemo tenetur se detegere” (ninguém pode ser instado a produzir prova contra si mesmo);

**Agora, assinale a alternativa correta:**

- a) são verdadeiras todas as afirmativas;
- b) são falsas as afirmativas I, II e III;
- c) são verdadeiras as afirmativas II e III;
- d) é verdadeira apenas a afirmativa I;
- e) são falsas apenas as afirmativas I e III.

**19 (TRT 8R - Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Juiz do Trabalho/2013) Sobre princípios do Direito Processual do Trabalho é CORRETO afirmar que:**

a) O princípio do impulso oficial expressa a possibilidade de o juiz substituir as partes, no que atine a atos que deveriam ser por estas praticados, em decorrência dos interesses que defendem na causa e do correspondente ônus da prova que lhes incumbe.

b) O princípio de irrecorribilidade das decisões interlocutórias constitui uma das características do processo do trabalho e não permite exceções em face do princípio da celeridade processual.

c) De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho “os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final”. Todavia, em caso de eventual recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, deve ser subscrito por advogado, sob pena de não conhecimento.

d) O princípio da imediatidade se entrelaça com o da oralidade, pois traduz a necessidade de o juiz estar em contato direto com as partes, designadamente na audiência, permitindo-lhe proceder à acareação da parte com a testemunha ou de uma testemunha com outra e, quando for o caso, indeferir diligências inúteis ou protelatórias requeridas pelos litigantes, além de tentar conduzi-los a uma solução consensual do litígio, escopo fundamental da Justiça do Trabalho.

e) arcaico princípio da preservação da empresa foi superado pelo princípio da proteção do trabalhador, em razão da busca incessante da Justiça Social.

**20 (VUNESP - Órgão: SPTrans Prova: Advogado Pleno/2013) São princípios de direito processual do trabalho:**

- a) instrumentalidade das formas, celeridade processual, concentração e inquisitorialidade.

- b) contraditório, oralidade, concentração e duplo grau de jurisdição.
- c) duplo grau de jurisdição, contraditório, instrumentalidade das formas e tarifamento das provas.
- d) instrumentalidade das formas, concentração, inquisitorialidade e contraditório.
- e) princípio da demanda, impulso oficial, instrumentalidade das formas e tarifamento das provas.

**21 (CONSULPLAN - Órgão: TRT - 13ª Região (PB) Prova: Estágio – Direito/2012) “O princípio \_\_\_\_\_ consiste na possibilidade de o juiz, em caso de dúvida razoável, interpretar a prova em benefício do empregado, geralmente, autor da ação trabalhista. Afinal, o caráter instrumental do processo não se confunde com sua forma.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.**

- a) da unidade da prova
- b) da proibição da prova ilícita
- c) da imediação
- d) da ampla defesa
- e) “in dubio pro misero”

**22 (FCC - Órgão: TRT - 20ª REGIÃO (SE) Prova: Juiz do Trabalho/2012) No que diz respeito aos princípios no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:**

- a) A Consolidação das Leis do Trabalho é norma lacunosa em relação ao princípio da probidade no processo do trabalho, razão pela qual é incompatível a sua aplicação.
- b) A Consolidação das Leis do Trabalho encerra algumas hipóteses que operacionalizam o princípio inquisitivo no direito processual do trabalho.
- c) O princípio dispositivo, também chamado princípio da demanda ou da inércia da jurisdição, não tem aplicação no processo do trabalho.
- d) O princípio da instrumentalidade é aquele segundo o qual, quando a lei prescrever ao ato determinada forma, cominando nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar a finalidade, de modo que não é aplicável ao processo do trabalho.
- e) O princípio da concentração decorre da aplicação conjunta de vários princípios procedimentais destinados a regulamentar e orientar a apuração de provas e a decisão judicial em uma única audiência, e se aplica ao direito processual do trabalho, apesar da disposição prevista na Consolidação das Leis do Trabalho ter sido revogada.

**23 (FCC - Órgão: TRT - 14ª Região (RO e AC) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o Direito Processual Comum é fonte do Direito Processual do Trabalho. Neste caso, está sendo aplicado especificamente o princípio**

- a) da informalidade.
- b) da celeridade.
- c) da simplicidade.
- d) da subsidiariedade.
- e) do protecionismo ao trabalhador.

**24 (FCC - Órgão: NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO Prova: Advogado/2011) Mirto, juiz de direito, indignado com determinadas situações que estão ocorrendo na empresa Z, gostaria de instaurar reclamação plúrima trabalhista. Porém, há um princípio que impede que o magistrado instaure de ofício o processo trabalhista. Trata-se especificamente do princípio**

- a) da imparcialidade do juiz.
- b) do devido processo legal.
- c) do contraditório.
- d) dispositivo.
- e) inquisitório.

**25 (FCC - Órgão: TRT - 24ª REGIÃO (MS) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas. Este dispositivo retrata especificamente o princípio**

- a) da instrumentalidade.
- b) dispositivo.
- c) da estabilidade da lide.
- d) inquisitivo.
- e) da perpetuatio jurisdictionis.

**26 (FCC - Órgão: TRT - 12ª Região (SC) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2011) Quando a lei processual estabelece que compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, está mencionando especificamente o Princípio da**

- a) inafastabilidade de jurisdição.
- b) boa-fé.
- c) proteção.
- d) instrumentalidade ou da finalidade.
- e) eventualidade.

**27 (FCC - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária (+ provas)/2010) De acordo com o artigo 820 da Consolidação das Leis do Trabalho: "as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados" e de acordo com o artigo 342 do Código de Processo Civil: "o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa". Nestes artigos, está presente, especificamente o princípio**

- a) da instrumentalidade ou finalidade.
- b) da imparcialidade do juiz.
- c) do devido processo legal.
- d) da normatização coletiva.
- e) da imediatidade ou imediação.



**28 (FCC - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa/2010)** Mario ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa W. A reclamação foi julgada totalmente procedente e a empresa W ainda foi condenada nas penalidades inerentes à litigância de má-fé. Neste caso, com relação à condenação por litigância de má-fé, está presente especificamente o princípio da

- a) Concentração.
- b) Lealdade Processual.
- c) Proteção.
- d) Estabilidade da Lide.
- e) Demanda ou Dispositivo.

**29 (CESGRANRIO - Órgão: Petrobras Prova: Profissional Júnior – Direito/2010)** Nos termos da dicção do art. 496 da CLT, quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização. Tal faculdade, dada ao tribunal, encontra-se lastreada, como uma exceção, ao princípio processual trabalhista da(o)

- a) fungibilidade.
- b) celeridade.
- c) duplo grau.
- d) dispositivo.
- e) contraditório.

**30 (CESPE - Órgão: AGU Prova: Advogado da União/2010)** Acerca do Direito Processual do Trabalho, julgue os próximos itens.

Os princípios do Direito Processual do Trabalho funcionam como orientadores das partes, que devem apresentar fatos e postular a solução, e do juiz, o qual deve interpretar os fatos que lhe são apresentados e, aplicando a lei aos casos concretos, solucionar a lide. Tais princípios inspiram preceitos legais, orientam os intérpretes e sanam as omissões legais.

- a) Certo
- b) Errado

**31 (CESPE - Órgão: AGU Prova: Advogado da União/2009)** Acerca do Direito Processual do Trabalho, julgue os próximos itens.

O princípio do dispositivo confere ao juiz a prerrogativa de procurar e reunir o material do processo, devendo o magistrado observar sempre o respeito à igualdade das partes perante a lei. A inspeção judicial constitui uma das formas de observância de tal princípio.

- a) Certo
- b) Errado

**32 (PGT - Órgão: PGT Prova: Procurador (+ provas)/2008)** Julgue as seguintes proposições acerca dos princípios de natureza processual:

I - segundo a jurisprudência consolidada do TST, o princípio da identidade física do juiz é aplicável na Justiça do Trabalho, mesmo após o advento da EC 24/99, que extinguiu a representação classista;

II - o princípio do jus postulandi, inscrito na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988;

III - o princípio do impulso oficial nas execuções é aplicável apenas às ações trabalhistas típicas, em que se discutem créditos oriundos de relações de emprego;

IV - por aplicação do princípio da perpetuatio jurisdictionis, as ações de execução de multas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, em fase de apelação por ocasião do advento da EC 45/2004, deverão ser julgadas pela Justiça do Trabalho.

**De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:**

- a) os itens I e II são certos;
- b) o item I é certo e o item III é errado;
- c) o item IV é errado e o item II é certo;
- d) os itens III e IV são certos;
- e) não respondida

**33 (CESPE - Órgão: TRT - 9ª REGIÃO (PR) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária (+ provas)/2007) Com relação aos princípios inerentes ao processo do trabalho, julgue os itens subseqüentes.**

De acordo com o princípio da oralidade, os atos processuais prescindem de forma ou transcrição escrita do inteiro teor ou do respectivo resumo e são sempre realizados em audiência perante o juiz do trabalho.

- a) Certo
- b) Errado

**34 (FCC - Órgão: TRT - 6ª Região (PE) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária (+ provas)/2007) De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 893 da CLT, "os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva". Este dispositivo consagra o princípio**

- a) do devido processo legal.
- b) do jus postulandi.
- c) do jus variandi.
- d) da proteção ao hipossuficiente.
- e) da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

**35 (CESPE - Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2005) Com relação aos princípios gerais que informam o processo trabalhista, julgue os itens seguintes.**

O princípio da isonomia impõe ao magistrado o dever de assegurar aos litigantes idêntico tratamento, durante a instrução do processo.

- a) Certo
- b) Errado

**36 (CESPE - Órgão: TRT - 16ª REGIÃO (MA) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária/2005)**  
**Com relação aos princípios gerais que informam o processo trabalhista, julgue os itens seguintes.**

Como expressão do postulado ético-jurídico da motivação das decisões, o juiz do trabalho está obrigado a expor, no julgamento, as razões determinantes para a formação de seu convencimento.

- a) Certo
- b) Errado